Parecer Jurídico –

Exame Preliminar

Projeto de Lei 008/2019
Origem: Prefeitura Municipal.
Assunto: Diretrizes – Lei Orçamentária 2020.
Interessado: Comissão de Constituição e Justiça

Trata-se de projeto de Lei em que o Executivo Municipal encaminha Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2020.

Pois bem.

Nos termos do artigo 113 e 114 do Regimento Interno da Câmara Municipal – Resolução nº 117/2005, **somente** os projetos de iniciativa de vereador deverá ser encaminhado ao órgão de assessoramento técnico para exame preliminar visando aferir a técnica legislativa.

Muito embora tenha o processo vindo de proposição do Executivo Municipal e sido instado esta assessoria Jurídica, passa-se a análise do projeto.

Neste esteira, a Lei Complementar nº 95, de 26 de Fevereiro de 1998, que regulamenta o artigo 59 da CF, veio a lume para dispor sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis e demais normas, as quais necessariamente obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.

As leis e demais normas serão estruturada em três partes básicas: I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas; II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada; III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.

Analisando detidamente tais requisitos no âmbito do projeto de Lei em comento, vislumbra-se que ele preenche todas estas exigências acima aludidas e previstas no artigo 3º da LC 95/1998.

Doutra banda o projeto de Lei em epígrafe é articulada com a observância dos princípios contidos no artigo 10 da LC 95/1998.

Aliás, as disposições normativas são redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observando, para esse propósito, o disposto em todos os incisos do artigo 11, da LC 95/1998. Desta feita também caracterizado as exigências da boa redação exigida pela Lei Complementar: clareza, precisão e ordem lógica, as quais presentes estão na Lei em tela.

Ex positis, o projeto de Lei atende as exigências de elaboração, redação e consolidação da Lei Complementar nº 95/1998, estando apta a ser apreciada e votada sem qualquer modificação de redação sugerida por esta Assessoria, estando dentro da mais perfeita técnica legislativa, salvo melhor juízo.

Quanto ao mérito, é certo que compete a respectiva à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre a proposição em tela.

E tal comissão deve analisar a legalidade da proposição e se está dentro do plano plurianual de investimento, analisando sua compatibilidade com o PPA, pois na forma do art. 52, do Regimento interno é sua atribuição.

In casu, o Executivo lança mão de um PROJETO DE LEI que é uma obrigação que lhe compete e prevista na Lei 4.320/64, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição.

Assim o projeto de Lei comtempla os requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

É o parecer que submeto à consideração das Comissões.

Assessoria da Câmara Municipal de

Alvorada do Oeste, em 30 de Maio de 2019.

Antonio Ramon Viana Coutinho

Assessor Jurídico